

Sumário: O autor entende a vocação cristã como “o chamado que recebemos para seguir Jesus Cristo, o Filho de Deus”, assumindo o seu compromisso com a “vida em abundância”, seus gestos de solidariedade, sua opção pelos empobrecidos e marginalizados. Essa vocação é explicitada na *Gaudium et Spes*, quando a Igreja expõe sua doutrina sobre a pessoa humana e sobre o mundo. Assim, a vocação cristã é continuar no mundo a obra de Cristo, testemunhando a verdade e servindo os necessitados. Nesse contexto, particular exigência da vocação cristã é a prática da justiça, o exercício político e a promoção da paz.

Abstract: Christian vocation is basically a “calling from God to follow Jesus Christ”, accepting the commitment to a “life of abundance” benefiting from his gestures of solidarity and his preference for the poor and those edged out of society. This vocation is made explicit in *Gaudium et Spes* dealing with the doctrine on the dignity of the human person and the well-being of world at large. In the light of this doctrine, the Christian vocation attempts to continue the work of Christ in the world, witnessing to the revealed truth and being at the service of those in need. In this context, a specific requirement of the Christian vocation is the practice of justice, the engagement in political objectives to this end, and the promotion of peace.

A vocação cristã na *Gaudium et Spes*

Ionilton Lisboa de Oliveira, SDV*

* O Autor é religioso da Sociedade Divinas Vocações (SDV), Educador vocacional dos noviços e Diretor da Revista vocacional “Espírito”



Vivendo os 40 anos do encerramento do Concílio Vaticano II, vamos refletir neste artigo sobre a vocação cristã na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Inicialmente veremos, de forma breve, como compreender a vocação cristã e a seguir daremos uma informação sucinta sobre o documento conciliar.

1. A vocação cristã

Podemos resumir a vocação cristã como sendo o chamado que recebemos para seguir Jesus Cristo, o Filho de Deus, que se encarnou para libertar a humanidade do pecado e de suas conseqüências. Seguimos o Cristo que, para viver fielmente a sua missão, passou pela paixão e morte de cruz, mas que venceu a morte, ressuscitando. Portanto, a vocação cristã é responder ao chamado “*vem e segue-me*” (Mt 9,9) do Cristo, o crucificado, ressuscitado. A vocação cristã é continuar no hoje de nossa história a missão de Cristo (cf Lc 4,16-21). Como o próprio Cristo nos ensina, ser cristão, ser seguidor dEle, implica fazer como Ele fez: “*Dei-vos o exemplo, para que façais assim como eu fiz para vós*” (Jo 13,15). Podemos ainda recordar o que nos diz Paulo: “*Haja entre vós o mesmo sentir e pensar que havia no Cristo Jesus*” (Fl 2,5). Para se viver coerentemente a vida cristã, devemos, portanto, dentre tantas atitudes de Cristo, assumir:

- O seu compromisso para que *todos tenham vida e vida em abundância* (Jo 10,10);
- Os seus gestos de solidariedade
- A sua opção pelos empobrecidos e marginalizados (cf Mt 11,2-6; 25,31-46).

2. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*

Este documento foi aprovado na 9ª Sessão pública do Concílio Vaticano II, realizada em 07 de dezembro de 1965. Obteve 2309 votos a favor, 75 votos contra e 10 votos nulos. Contém 93 artigos, com cinco capítulos, uma introdução e uma conclusão. O tema principal desta constituição pastoral é a missão da Igreja no mundo de hoje. Ela é chamada de “pastoral” porque, apoiando-se em princípios doutrinários, expõe as relações da Igreja com o mundo e com os homens e as mulheres dos tempos atuais. Neste documento conciliar a Igreja expõe a sua doutrina sobre a pessoa humana, sobre o mundo no qual a pessoa humana vive e



sobre a relação da Igreja com estas realidades. Esta constituição também fala da contribuição dos cristãos e das cristãs para que se estabeleça a justiça, a fraternidade e a paz na sociedade¹.

3. A vocação cristã na *Gaudium et Spes*

Como vimos, esta constituição procurou restabelecer a comunhão da Igreja com a sociedade. A Igreja declarou assumir para si *as alegrias, esperanças, tristezas e angústias da humanidade, especialmente dos pobres, dos que sofrem* (GS 1). Vejamos alguns destes ensinamentos.

3.1. Continuar a obra de Cristo (GS 3)

Viver a vocação cristã, como acenamos acima, é assumir a continuidade da obra de Cristo. Neste sentido a *Gaudium et Spes* indica três direções:

a) *Dar testemunho da verdade*

Vivendo o seguimento de Cristo somos convidados a anunciar a verdade, a defender a verdade e a viver a verdade, porque Aquele a quem seguimos declarou ser a Verdade (cf Jo 14,6) e nos ensinou que *somente a verdade nos libertará* (cf Jo 8,32). Dar testemunho da verdade é assumir o que Cristo nos ensinou no sermão da montanha: *“Seja o vosso sim, sim e o vosso não, não. O que passa disso vem do maligno”* (Mt 5,37). Mas o dar testemunho da verdade não se resume apenas no falar. É preciso viver coerentemente conforme o que falamos, procurando evitar acontecer um divórcio entre a fé que professamos e a nossa vida cotidiana. Este divórcio entre fé e vida é considerado pelo Concílio Vaticano II *“um dos erros mais graves de nosso tempo”* (GS 43). Este perigo continua presente na vida da Igreja hoje, quando se busca a prática da religião apenas para satisfazer necessidades pessoais, na busca de milagres e não como compromisso com o Cristo e com o Reino que Ele instaurou e cuja contínua construção nos confiou. Este divórcio se dá quando queremos assumir apenas a dimensão espiritual de nossa fé, a celebração dos sacramentos, a participação em algum movimento de oração e louvor, sem nenhum

¹ Compêndio do Vaticano II, Ed. Vozes, Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*”, nota introdutória e a nota nº 1.



compromisso com a dimensão social da vida humana, criando assim uma “oposição artificial entre as atividades profissionais e sociais e a religião” (GS 43). É preciso defender a verdade sempre, mesmo que isto nos custe sofrimento e perseguição. Jesus nos encoraja para agirmos assim, dizendo: “Não tenhais medo deles. Não há nada de oculto que não venha a ser revelado, e nada de escondido que não venha a ser conhecido” (Mt 10,26).

b) Servir e não ser servido

Este é outro princípio fundamentado no jeito de ser e viver do Cristo e que devemos também assumir como nosso, já que nos propomos a segui-lo. Somente colocando-nos a serviço é que podemos verdadeiramente colaborar para a continuidade da obra do Cristo, como nos indica a *Gaudium et Spes*. Cristo nos ensinou que devia ser assim com sua vida e nos mandou que assim fizessem as pessoas que quisessem segui-lo. Lembremo-nos do que Ele fez na última ceia, lavando os pés dos apóstolos, como sinal do grande serviço que iria prestar à humanidade, morrendo na cruz para nos salvar. Neste mesmo contexto Cristo nos ensinou que devíamos fazer como Ele fez (cf Jo 13,1-17). No episódio dos filhos de Zebedeu, que foram pedir posição de destaque no Reino, Cristo responde indicando o caminho do serviço: “*Quem quiser ser o maior entre vós seja aquele que vos serve. Pois o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate por muitos*” (Mc 10,43b-45). O ensinamento de uma Igreja servidora da humanidade foi uma das grandes novidades do Concílio Vaticano II, especialmente na *Gaudium et Spes*. A partir do Concílio Vaticano II a Igreja, nos passos do Mestre e Senhor, Jesus Cristo, se predispôs a colocar-se a serviço da humanidade, independente de religião, raça, cultura, condição social, mas procurando servir de modo mais particular os empobrecidos e marginalizados.

c) Salvar e não julgar

João em seu evangelho nos diz que Jesus não veio para condenar o mundo, mas para salvá-lo (cf Jô 3,17). Até o Concílio Vaticano II, a Igreja caiu na tentação de julgar o mundo, colocando-se na defensiva, sendo contra o desenvolvimento das ciências e das tecnologias, como se isto se opusesse ao senhorio de Deus. Na *Gaudium et Spes* a Igreja se declara aberta a caminhar com a sociedade, manifestando a sua



solidariedade, respeito e amor para com a inteira família humana, com a finalidade de cooperar com a instauração da fraternidade universal. Esta mudança de visão do mundo, por parte da Igreja, fez com que ela se colocasse à disposição para salvar a pessoa humana em sua totalidade, corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade, bem como se colocasse à disposição para ajudar na restauração da sociedade (GS 3). Em vez de julgar e condenar, a Igreja foi convocada pelo Concílio Vaticano II para “*discernir nos acontecimentos, nas exigências e aspirações dos homens e das mulheres de hoje, quais são os verdadeiros sinais da presença ou da vontade de Deus*” (GS 11).

3.2. Defender e promover a sublime dignidade da pessoa humana²

A vocação cristã, a partir da *Gaudium et Spes*, deve necessariamente defender e promover a sublime dignidade da pessoa humana. Esta dignidade é sublime porque somente o homem e a mulher, dentre todas as criaturas, foram criados à imagem e semelhança de Deus (cf Gn 1,26-27; Sl 8,5-9). É também sublime porque o Filho de Deus, para nos salvar, assumiu a nossa natureza humana (cf Jo 1,14; Fl 2,6-11; Hb 4,15). Podemos, então, afirmar que a divindade em Cristo se humanizou para divinizar a humanidade. Por esta razão, “*a Igreja professa que toda violação da dignidade humana é injúria ao próprio Deus*”³ e “*assume a defesa dos direitos humanos e se solidariza com os que lutam por eles*”⁴. A vocação cristã nos conduz ao compromisso com a construção de uma sociedade justa e fraterna. Assim nos ensinou o Papa João Paulo II: “*Coisa alguma, embora imperfeita e provisória, de tudo aquilo que se pode e deve realizar, mediante o esforço solidário de todos e com a graça divina num certo momento da história, para tornar ‘mais humana’ a vida dos homens e das mulheres, será perdida ou terá sido em vão*”⁵. Para tornar mais humana a vida dos homens e das mulheres, faz-se necessário o nosso empenho “*para tornar acessíveis ao ser humano todas as coisas de que necessita para levar uma vida verdadeiramente humana: alimentos, vestuário, casa, direito de escolher livremente o estado de*

2 O capítulo I, que compreende os números 12 a 22 do documento, tem por título “A dignidade da pessoa humana”.

3 Conclusões da III Conferência Episcopal Latino-Americana em Puebla, nº 306.

4 Idem, nº 146.

5 JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, nº 48.



vida e de constituir família, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, à conveniente informação, direito de agir segundo as normas da própria consciência, direito à proteção de sua vida e à sua justa liberdade mesmo em matéria religiosa” (GS 26b). Defender e promover a sublime dignidade da pessoa humana significa para o cristão e a cristã “considerar o próximo, sem exceção, como ‘outro eu’, tendo em conta, antes de mais, a sua vida e os meios necessários para a levar dignamente” (GS 27a).

Não dá para viver a fé cristã, o seguimento de Cristo, sem se preocupar com a dignidade da pessoa humana, trabalhando sem cessar para que cada homem e cada mulher *tenham vida e vida em abundância* (cf Jo 10,10) e sem se comprometer em combater “*tudo quanto se opõe à vida, como seja toda espécie de homicídio, genocídio, aborto, eutanásia e suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e jovens; e também as condições degradantes de trabalho, em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis*” (GS 27c). A fé cristã deve nos fazer comprometidos na promoção da igualdade fundamental entre as pessoas (cf Gl 3,28) e no trabalho para que seja superada e eliminada, porque “*contrária à vontade de Deus, qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais da pessoa, por razão de sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião*” (GS 29b). Na verdade, o Concílio Vaticano II não traz uma doutrina social nova, inventada pelos bispos e pelo Papa, mas apenas nos resgatou uma verdade evangélica, pois Cristo já nos tinha dito que a entrada no Reino dos céus dependeria de nossa atenção à pessoa humana e de nosso empenho para que cada homem e cada mulher pudessem ter o necessário para viver dignamente⁶. Cristo, ao contar a parábola do pobre Lázaro e do rico epulão, adverte-nos para o perigo da indiferença diante das necessidades

6 Cfr. Mt 25, 31-46. Jesus Cristo disse que estaríamos fazendo a Ele tudo o que fazemos à pessoa humana que se encontra privada de seus direitos elementares para viver: “*Todas as vezes que fizestes isso a um destes mais pequenos, que são meus irmãos, foi a mim que o fizestes*” (v. 40). Disse, também, que estaríamos deixando de servir a Ele toda vez que não servíssemos à pessoa humana necessitada de ajuda e de ações solidárias: “*Todas as vezes que não fizestes isso a um desses mais pequenos, foi a mim que o deixastes de fazer!*” (v. 45).



dos irmãos e das irmãs (cf Lc 16,19-31). É significativa a introdução da parábola para se perceber a crítica que Jesus faz à indiferença do rico perante o sofrimento do pobre : *“Havia um homem rico, que se vestia com roupas finas e elegantes e dava festas esplêndidas todos os dias. Um pobre, chamado Lázaro, cheio de feridas, ficava sentado no chão junto à porta do rico. Queria matar a fome com as sobras que caíam da mesa do rico, mas, em vez disso, os cães vinham lambe-lamber suas feridas”*. O primeiro sinal de indiferença do rico para com o pobre Lázaro, que se pode constatar, é o fato de que o pobre *“ficava sentado no chão junto à porta do rico”*. O pobre estava totalmente marginalizado das *“festas esplêndidas”* que diariamente o rico oferecia. Para o rico, Lázaro não existia; Lázaro estava sendo pisado em sua dignidade humana. Outro sinal da indiferença é o fato de que Lázaro *“queria matar a fome com as sobras”* das festas do rico, mas nem isso ele recebia. Lázaro não existia para o rico, embora estivesse ali tão próximo, gritando por um direito humano: alimentar-se. Creio que seja significativo o dado que o texto nos apresenta, a saber: quem veio em socorro do pobre, foram os cães. Os cães foram solidários, o rico não. É, portanto, a indiferença do rico que o levou para os tormentos da região dos mortos. Ser indiferente para com o sofrimento dos excluídos, e discriminar as pessoas porque são pobres, são atitudes profundamente contrárias à fé cristã. Na carta de Tiago encontramos a afirmação de que *“a fé que tendes em nosso Senhor Jesus Cristo glorificado não deve admitir acepção de pessoas”* (Tg 2,1)⁷. Pedro, por sua vez, em seu discurso na casa de Cornélio, afirmou que estava *“compreendendo que Deus não faz discriminação entre as pessoas”* (At 10,34). Se nosso Deus é assim, deve ser assim também todo homem e toda mulher que crê nEle; assim deve fazer cada comunidade cristã. *“É certo que ninguém pode ser excluído do nosso amor; (...); mas (...) há na pessoa dos pobres uma especial presença de Cristo, obrigando a Igreja a uma opção preferencial por eles. Por meio dessa opção, testemunha-se o estilo do amor de Deus, a sua providência, a sua misericórdia, e de algum modo continua-se a semear na história aqueles germens do Reino de Deus que foram visíveis na vida terrena de Jesus”*⁸. A opção preferencial pelos pobres, no dizer de João Paulo II, não é opcional, é obrigatória para os cristãos e as cristãs, seja qual for a

7 Na seqüência deste capítulo o autor faz duras críticas à comunidade cristã, porque trata bem a pessoa com anel de ouro no dedo e bem vestida, e trata mal a pessoa pobre com a roupa surrada. E questiona: *Não escolheu Deus os pobres..? Mas vós desprezais o pobre!*

8 JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*, nº 49.



sua vocação específica, porque esta opção vem do próprio Cristo. Portanto, precisamos crescer na consciência de que “*a Igreja, ao proclamar o Evangelho, raiz profunda dos direitos humanos, não se arroga uma tarefa alheia à sua missão, mas, ao contrário, obedece ao mandato de Jesus Cristo ao fazer da ajuda ao necessitado uma exigência essencial de sua missão evangelizadora*”⁹.

3.3. Satisfazer as exigências da justiça

A fé cristã, que nos faz promover e defender a dignidade humana, impulsiona-nos automaticamente a promover a justiça social. Nosso serviço aos pobres não pode ficar apenas no nível da caridade assistencial. Esta precisa ser praticada, sim. Quem passa por privação de algum direito fundamental para viver dignamente, não poderá esperar que a justiça social seja restabelecida para ver satisfeitas suas necessidades vitais. Mas a caridade não pode parar aí. Temos que ajudar a pessoa que hoje depende da caridade assistencial para sobreviver, a ter condições de se libertar desta dependência externa e de obter os recursos para sustentar-se e sustentar os seus dependentes, a partir de seu trabalho. A este segundo nível de caridade geralmente chamamos de caridade promocional. Mas ainda não é tudo! Precisamos, como cristãos e cristãs, nos empenhar na prática da caridade libertadora, ou seja, aquela caridade que procura eliminar as causas da pobreza e não apenas seus efeitos¹⁰. Para que isto seja possível, devemos trabalhar para que a sociedade humana se organize de tal modo que se satisfaçam as “*exigências da justiça e da equidade*” e “*se eliminem o mais depressa possível as grandes e por vezes crescentes desigualdades econômicas atualmente existentes*” (GS 66a). Desigualdades que são um escândalo e uma contradição com o ser cristão¹¹ e que levam “*uma multidão inumerável de homens e mulheres, crianças, adultos e anciãos, pessoas humanas concretas e irrepetíveis*” a sofrerem “*sob o peso intolerável da miséria*”¹².

Estas desigualdades não existem apenas entre os países ricos e os países pobres. Lamentavelmente podemos constatar que “*existem desigualdades sociais até os extremos da miséria em países ricos. Por*

9 Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano em Santo Domingo, nº 165.

10 Concílio Vaticano II, Decreto *Apostolicam Actuositatem*, 8c

11 Conclusões da III Conferência do Episcopado Latino-Americano em Puebla, nº 28.

12 JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, nº 13b.

13 Idem, nº 14a; cfr. Concílio Vaticano II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, nº 63c.



*outro lado, em contraposição, nos países menos desenvolvidos também se vêem, não raro, manifestações de egoísmo e de ostentação de riqueza, tão desconcertantes quanto escandalosas*¹³. Esta desigualdade dentro de um mesmo país pode ser facilmente constatada em nossa realidade brasileira. A CNBB nos diz que *“a sociedade brasileira é hoje uma das mais desiguais do mundo*¹⁴, onde os 10% mais ricos se apropriam de cerca de 50% da renda nacional¹⁵. Desigualdade entre o Sul e o Sudeste mais ricos e desenvolvidos e o Norte e Nordeste mais pobres e em desenvolvimento; desigualdade dentro de cada estado, de cada região, de cada município, de cada cidade. Isto ainda é uma realidade gritante em nosso país¹⁶. Esta realidade deve causar indignação entre os cristãos e as cristãs. Mas não basta ficar indignados, é preciso reagir a esta situação, redobrando nosso empenho para a construção de uma sociedade justa e solidária, empenho este que faz parte do objetivo geral da ação evangelizadora da Igreja no Brasil para o quadriênio 2003-2006¹⁷. Para os cristãos e as cristãs não basta a denúncia das injustiças, mas que sejam testemunhas e agentes da justiça¹⁸.

A nossa ação para que as exigências da justiça sejam satisfeitas não pode ser uma ação isolada, somente da Igreja católica, mas deve ser uma ação realizada em parceria com outras igrejas cristãs, com crentes não cristãos, com homens e mulheres que, mesmo não professando nenhuma fé, são pessoas comprometidas com o bem comum, a justiça e a paz. Neste sentido, assim se expressam os Bispos do Brasil: *“Na busca de uma sociedade justa e solidária, respeitosa das diversidades culturais e antropológicas, é particularmente importante que os cristãos colaborem com outros grupos religiosos ou da sociedade civil, em espírito ecumênico e cidadão, e estabeleçam parcerias suprapartidárias visando à difusão da solidariedade*¹⁹. Seria negligenciar a vida cristã e colocar em risco a própria salvação, manter-se indiferente a esta realidade social de injustiça institucionalizada, afirmando que fé e política não se misturam. O Concílio Vaticano II nos convida a não criarmos oposição infundada entre as atividades profissionais e sociais e a vivência da fé cristã (GS 43a). Esta

14 CNBB. Diretrizes Gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, 2003-2006, nº 152.

15 Cfr. CNBB. Diretrizes Gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, 2003-2006, nota 103 do nº 152.

16 Cfr. dados sobre as desigualdades no Brasil nesse mesmo documento, nºs. 153-155.

17 Cfr. Ibid., nº 156.

18 JOÃO PAULO II na alocução aos operários em Guadalajara, citado no nº 793 das Conclusões da III Conferência do Episcopado Latino-Americano em Puebla.

19 CNBB. Diretrizes Gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, 2003-2006, nº 186.



“*oposição infundada*” sempre existiu entre nós da Igreja católica nestes 40 anos de caminhada após o evento do Concílio Vaticano II, mas podemos constatar que nos últimos anos, mais precisamente dos anos 90 para cá, com o crescimento dos movimentos pentecostais dentro da Igreja católica, esta oposição se intensificou. Lamentavelmente voltamos a falar de “salvar almas” e não mais de evangelizar pessoas humanas na totalidade de seu ser, conforme fomos criados por Deus.

3.4. Exercer a nobilíssima arte política

Para defender e promover a dignidade humana e satisfazer as exigências da justiça, os cristãos e as cristãs devem assumir a dimensão política da fé cristã. Política, entendida no sentido autêntico da palavra, como a arte de promover o bem comum. O Concílio Vaticano II exortou os cristãos e as cristãs para que tivessem “*consciência da sua vocação especial e própria na comunidade política*” (GS 75e). Os Bispos da América Latina afirmaram que:

- a dimensão política é constitutiva da pessoa humana;
- a fé cristã valoriza e tem em alta estima a atividade política;
- a política tem como objetivo promover o bem comum da sociedade;
- o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política²⁰.

Os Bispos do Brasil declaram que “*a política exercida em sua forma autêntica, inspirada nos princípios do Evangelho, é um caminho de santificação*”²¹. Vemos assim que os cristãos e as cristãs devem interessar-se pela atividade política, conforme as exigências próprias de cada vocação específica. João Paulo II nos ensinou que “*todos e cada um somos simultaneamente destinatários e protagonistas da política*”²². Esta participação deve se dar em três níveis: a ação de votar, a militância e liderança em algum partido político, e o exercício de cargos públicos, sendo que os dois últimos níveis são reservados aos cristãos leigos e às cristãs leigas²³.

20 Cfr. Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Puebla, nºs. 513 a 520.

21 CNBB. Diretrizes Gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, 2003-2006, nº 169.

22 JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Christifideles Laici*, nº 42h.

23 Id., *ibid.*, nº 791 e 524.



A ação de votar é um exercício da dimensão política da vocação cristã. Ninguém deve ficar de fora: cristãos leigos, cristãs leigas, pessoas de vida consagrada e ministros ordenados. Votar é um ato cidadão e profundamente cristão. No entanto, para ser assim, precisa ser dado de modo livre, consciente e responsável. O Concílio Vaticano II afirma que a ação de votar é um direito e um dever do cidadão e da cidadã, e deve ser realizado em vista da promoção do bem comum (GS 75a). Por isso a Igreja no Brasil nos últimos anos tem procurado ajudar seus membros a participar do processo eletivo de forma honesta e transparente, não vendendo o voto, não deixando de votar e nem votando nulo ou em branco. O combate à corrupção eleitoral foi intensificado com a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei 9840/99, fruto de um projeto de lei de iniciativa popular encabeçado pela CNBB. Esta lei tenta inibir a ação dos maus políticos que buscam eleger-se comprando votos, comprando na verdade as consciências das pessoas mais simples e mais carentes. Mas a lei tenta inibir, também, a ação dos maus eleitores, que buscam fazer do voto uma mercadoria, exigindo alguma coisa, dinheiro ou qualquer outro bem material, para dar seu voto. Na visão da Igreja católica no Brasil, erra quem compra e erra quem vende o voto. “Voto não tem preço, voto tem consequência”, como nos ajudou a refletir muitas vezes a Comissão de Justiça e Paz da CNBB.

A militância e a liderança em algum partido político são atividades específicas da vocação dos cristãos leigos e das cristãs leigas²⁴. Esta nossa participação nos partidos políticos é de fundamental importância para que possamos ajudá-los a cumprirem sua missão na sociedade humana, que é a de promover o bem comum, a justiça e a paz. O Concílio Vaticano II assim se expressou: “*Os partidos políticos devem promover o que julgam ser exigido pelo bem comum, sem que jamais seja lícito antepor o próprio interesse ao bem comum*” (GS 75e). Neste aspecto temos ainda muito que avançar. Ainda são poucos os cristãos leigos e as cristãs leigas que atuam na política partidária, justificando esta ausência pelo fato de que a política seria uma coisa suja. A quem pensa assim, devemos lembrar as orientações do Papa João Paulo II: “*Para animar cristãmente a ordem temporal, no sentido que se disse de servir à pessoa e à sociedade, os cristãos leigos e as cristãs leigas não podem absolutamente abdicar da participação na ‘política’ (...). As acusações de arrivismo, idolatria de poder, egoísmo e corrupção que*

24 Cfr. Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Puebla, nº. 524.



*“muitas vezes são dirigidas às pessoas do governo, do parlamento, da classe dominante ou partido político, bem como a opinião muito difundida de que a política é um lugar de necessário perigo moral, não justificam minimamente nem o ceticismo nem o absenteísmo dos cristãos e das cristãs pela política”*²⁵.

O momento que estamos vivendo no Brasil, com a revelação de contínuos atos ilícitos de partidos e de políticos, exige dos cristãos e das cristãs uma postura ética, de empenho para punição dos culpados, corruptores e corruptos, de ontem e de hoje, já que estes fatos que estão escandalizando a nação, porque praticados por pessoas do Partido dos Trabalhadores, que desde sua fundação sempre defendeu a ética na política e que as eleições fossem realizadas com critérios limpos e honestos, não são fatos surgidos de 2002 para cá. Quem não se lembra da famosa pasta amarela do extinto Banco Econômico, envolvendo um político baiano, quando na época foram engavetadas as apurações; quem não se lembra das denúncias de compra de votos para aprovação do direito de reeleição do Presidente da república, para beneficiar o então Presidente, o Sr. Fernando Henrique Cardoso do PSDB, denúncias que não foram apuradas, impedindo-se na época a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Outro empenho necessário dos cristãos e das cristãs neste momento histórico de nosso país é o de se participar ativamente no processo da reforma política em andamento no Congresso Nacional, para que seja uma reforma verdadeira e que venha a efetivamente contribuir para a moralização da política e dos partidos políticos. As denúncias de corrupção de vários políticos e partidos não podem servir para jogar bálsamo em nossas consciências, querendo usar estes acontecimentos para justificar nossa omissão e desinteresse pela vida política. Pelo contrário, tais denúncias somente devem servir para reforçar a urgência de nossa presença e participação na política e nos partidos políticos, a fim de ajudarmos, com os valores do Evangelho, a eliminar os aproveitadores e exploradores do povo infiltrados na vida pública do país, dos estados e dos municípios. Em vez de servir para recuar, esta situação que estamos vivendo no Brasil neste momento, serve para que sintamos a necessidade de avançar; avançar na qualidade e na quantidade de nossa presença na política, considerando esta presença como ação evangelizadora, contribuindo assim para que se crie a consciência de que *“no exercício do poder político é fundamental o espírito de serviço, único capaz de, ao lado da necessária competência e eficiência, tornar ‘transparente’ ou ‘limpa’ a atividade dos políticos”*²⁶.

25 JOÃO PAULO, Exortação Apostólica, *Christifideles Laici* n° 42b.

26 Id., *ibid.*, n° 42f.



O exercício de cargos públicos compete também somente aos cristãos leigos e às cristãs leigas. É outro tipo de serviço fundamental para a vivência da vocação cristã, segundo a doutrina do Concílio Vaticano II. “*A Igreja louva e aprecia o trabalho das pessoas que se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, em serviço dos homens e das mulheres*” (GS 75a). Embora tenha crescido nos últimos anos o número de cristãos leigos e de cristãs leigas que exercem algum cargo público, seja eletivo, seja nomeado ou concursado, temos ainda que avançar mais. Precisamos ter uma maior presença de políticos cristãos e de políticas cristãs nas câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas estaduais, no Congresso Nacional, nas prefeituras, nos governos estaduais e no governo federal.

A atuação dos cristãos e das cristãs, de todas as vocações específicas, no campo da política, também deve se dar através da presença e participação nas associações de moradores, nos sindicatos, em movimentos populares de reivindicação, nas organizações não governamentais que trabalham na defesa e na promoção da pessoa humana. Temos ainda a presença e a participação no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, de modo particular através dos conselhos municipais.

Para que esta atuação política, em todos os níveis, aconteça e seja eficaz, é necessário que haja uma boa formação sobre a Doutrina Social da Igreja, por meio das Escolas de Fé e Política e de outras experiências existentes de formação permanente nas Dioceses, Paróquias e Institutos de Vida Consagrada²⁷.

3.5. Trabalhar para consolidar a paz

A *Gaudium et Spes* indica o trabalho pela paz como parte integrante da vocação cristã. A paz, que é fruto da justiça (Is 32,17). Justiça e paz que se abraçam, conforme o desejo do salmista (Sl 85,11). O Concílio Vaticano II fez um apelo contundente aos cristãos e às cristãs, para que, “*com a ajuda de Cristo, autor da paz, colaborem com todos os homens e todas as mulheres no estabelecimento da paz na justiça e no amor*” (GS 77b). O Concílio reconhece que a paz não é apenas a ausência de guerra, mas ela vem da vontade firme de respeitar a dignidade de cada

²⁷ Cfr. CNBB. Diretrizes Gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, 2003-2006, nº 200-201; Concílio Vaticano II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, nº 75f.



homem e cada mulher e dos povos, e da prática assídua da fraternidade, que é fruto do amor (GS 78b). Um coração que ama torna-se solidário. Solidariedade que, segundo João Paulo II, não é apenas “*um sentimento de vaga compaixão ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas, próximas ou distantes*”, mas é “*a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos somos verdadeiramente responsáveis por todos*”²⁸. Podemos então concluir que a paz é fruto da justiça, do amor e da solidariedade. Para que cheguemos a viver numa sociedade justa, solidária e em paz, faz-se necessário a atividade política, por meio da qual se conquistam os direitos e se promove a dignidade humana. Os cristãos e as cristãs são convocados pelo Concílio Vaticano II para que, “*‘praticando a verdade na caridade’ (Ef 4,5), se unam com os homens e as mulheres verdadeiramente pacíficos para implorarem e edificarem a paz*” (GS 78d).

Conclusão

A vocação cristã na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II, como vimos, é a de contribuir para a promoção da dignidade da pessoa humana, a partir da busca da justiça e da paz, por meio do exercício da nobre arte de se fazer política. A Igreja, com esta Constituição Pastoral buscou abrir um canal de comunicação com a sociedade e colocou-se a serviço da mesma, a partir de sua missão evangelizadora. Nestes 40 anos de caminhada pós-conciliar, muita coisa foi feita para concretizar este objetivo, com o ensinamento e a ação do Papa Paulo VI e do Papa João Paulo II e, na Igreja da América Latina, com as conferências episcopais de Medellín, Puebla e Santo Domingo. Na Igreja do Brasil, tivemos as Diretrizes da Ação Evangelizadora e outros documentos da CNBB, além da ação de leigos e leigas, consagrados e consagradas, diáconos, presbíteros e bispos. Mas não podemos parar. Temos ainda “*um caminho longo a percorrer*” (1Rs 19,7b). O mundo, a América Latina e o Brasil, precisam da atuação dos cristãos e das cristãs para que se consolidem a justiça, a fraternidade e a paz. Para isto teremos que “*rejeitar a tentação de uma espiritualidade intimista e individualista, que dificilmente se coaduna com as exigências da caridade, com a lógica da encarnação*”²⁹. Concluindo esta reflexão, quero recordar as palavras

28 JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Christifideles Laici*, nº 42h.

29 Id., Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*, nº 52c.



de João Paulo II sobre o Concílio Vaticano II: “*À medida que passam os anos, aqueles textos não perdem o seu valor nem a sua beleza. É necessário fazê-los ler de forma tal que possam ser conhecidos e assimilados como textos qualificados e normativos do Magistério, no âmbito da Tradição da Igreja. (...) Sinto ainda mais intensamente o dever de indicar o Concílio como a grande graça de que se beneficiou a Igreja no século XX: nele se encontra uma bússola segura para nos orientar no caminho do século que começa*³⁰”. O que é dito sobre o Concílio como um todo, vale de modo especial para o ensinamento da constituição pastoral *Gaudium et Spes*. A ação evangelizadora da Igreja, na sua dimensão sócio-transformadora, tem nela uma “*bússola segura*”, para continuar “*participando da construção de uma sociedade justa e solidária, a caminho do Reino definitivo*”³¹.

Endereço do Autor:

Email: ioniltonsdv@bol.com.br

30 Idem, nº 57.

31 CNBB. Diretrizes Gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, 2003-2006, Objetivo Geral.